

ARTIGO ORIGINAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813.2017v3n4p325-338>

UM MOVIMENTO DE RETERRITORIZAÇÃO COMO CAMINHO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REFLEXÕES CARTOGRÁFICAS DE UMA ESTRANGEIRA NA SAÚDE COLETIVA

A RETERRITORIZAÇÃO COMO MOVIMENTO AS A WAY FOR WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE: CARTOGRAPHIC REFLECTIONS OF A FOREIGNER IN PUBLIC HEALTH

Janaina Matheus Collar Becon

Mestra em Saúde Coletiva, Especialista em Direitos Humanos e Genocídio, Graduada em Relações Internacionais

E-mail: janainacollar@gmail.com

Izabella Barison Matos

Doutora em Ciências – Saúde Pública

E-mail: izabmatos@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo trazer a cena a violência doméstica contra a mulher, após dez anos da Lei Maria da Penha, propondo um olhar pós violência, através do questionamento de quem é esta mulher? O que ela deseja? O que pode fazer? Neste contexto a escrita se desenvolve através do relato de experiência, com o cartografar de uma estrangeira na Saúde Coletiva, propondo a reterritorialização como um caminho possível pós episódios de violência. Construo a minha caixa de ferramentas como pesquisadora em Saúde Coletiva, utilizando as obras de Sueli Rolnik¹, Alcindo Antônio Ferla² e Emerson Elias Merhy³, como forma de estruturar minha trajetória. E no final desta análise acredito que um caminho possível seja composto por uma equipe multiprofissional com a produção de rede para/de acolhimento e escuta qualificada. E assim, as mulheres vítimas de violências doméstica, farão parte desta engrenagem e poderão fomentar o seu reterritorializar.

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica contra mulher; territorialização; cartografia; Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

This article aims to bring the scene of domestic violence against women, after ten years of the Maria da Penha Law, proposing a look after violence through the questioning of who is this woman? What does she want? What you can do? In this context, writing develops through the experience report, with the mapping of a foreigner in Public Health, proposing reterritorialization as a possible pathway after episodes of violence. I construct my toolbox as a researcher in Public Health, using the works of Sueli Rolnik¹, Alcindo Antônio Ferla² e Emerson Elias Merhy³ as a way to structure my trajectory. And at the end of this analysis I believe that a possible path is composed of a multiprofessional team with network production for / host and qualified listening. And so, women victims of domestic violence, will be part of this gear and may encourage their reterritorializar.

Palavras-chave: Domestic violence against women; territorialization; cartography; Maria da Penha Law.

Contexto de afetações

Treze anos na imersão das relações internacionais.

Aprovada na seleção do mestrado em saúde coletiva; o que escrever? Putz agora grávida, gravidez na era zika – doze ultrassons!

Qualificação no 6º mês do mestrado, estranhamentos de linguagem. Qual seria o produto esperado? Construção da estrangeira, desconstrução da estrangeira, movimentações e afetações para uma escrita que faça sentido.

Curso UPPS a distância, conheço Sueli, começo a minha desterritorialização, que vai muito além dos campos da universidade, como um rizoma, as minhas camadas vão sedimentando/rachando, num jogo de aprendizagem que afecta o corpo, e as reflexões ganham a potência de um ser desejante. Questiono os modelos que nós mulheres somos envelopadas durante diversas fases da nossa trajetória, questiono a minha.

Helena, mulher brasileira, nasce em casa num período de retrocesso democrático e violências disseminadas. Estudei tudo sobre parto domiciliar. Nada sobre o puerpério. Nada sobre puerpério em tempos de dissolução de direitos e disseminação de fascismos no cotidiano. Nada sobre o que poderá a mulher que nasce nesse período, nas próximas décadas, em que Helena irá produzir-se mulher brasileira.

Delimitação do tema – dez anos de LMP, nos dois principais periódicos de saúde coletiva.

Elaboração do primeiro artigo - análise e sistematização dos dados encontrados.

Desta jornada de mestranda/mulher/companheira/mãe germina a escrita do que seria possível somar aos estudos já existentes, como um entre tantos caminhos para estas mulheres vítimas de violência doméstica. Esse lugar constitui um plano de sensibilidade para o tema em estudo, mostrando sutilezas da cultura vigente não percebidas até então, e o agudo da violência física e psicológica, num contexto de fragilidades construídas socialmente.

E assim, após romper com o ciclo de violência, quem é esta mulher?

O que ela deseja? O que pode fazer?

É no contexto acima descrito que esta escrita acontece. O cartografar de uma estrangeira na Saúde Coletiva, como método para transpor a fronteira da revisão de literatura, e assim materializar, através deste relato de experiência, uma pesquisa que congregue o cenário da violência doméstica contra a mulher, propondo a territorialização como um caminho possível pós episódios de violência. Neste artigo, proponho pensar um caminho possível as mulheres que decidiram romperem com o ciclo de violência doméstica. E neste caminho, teço uma rede de atenção e cuidado em saúde, a partir da territorialização e reterritorialização, onde estes são movimentos permanente e produtores de subjetividades. Neste caminhar cada mulher fabrica/constrói sua caixa de ferramentas, ao

revisitar sua trajetória (sua territorialidade). E assim, no movimento de reterritorialização, se deixará no passado o que não se deseja para o futuro, para a construção de um território que faça sentido para esta mulher, ser desejante, em um hoje/amanhã sem violência.

METODOLOGIA

O artigo foi construído como ensaio cartográfico, que pressupõe como elemento fundante a própria experiência do pesquisador, que está indissociável ao objeto ou campo estudado. A postura do pesquisador não é observacional, mas inventiva-intuitiva, uma vez que o encontro entre pesquisador e campo traça as peculiaridades do processo cognitivo.⁴ E assim, o mergulho prático e as reflexões produzidas estão contidos na

experiência do pesquisador, sendo mais apropriado para descrever processos do que ilustrações ou estado de coisas. Trata-se de um método que é experimentado e assumido enquanto atitude de pesquisa.⁵ Atravessada por minhas vivências como pesquisadora “estrangeira” na Saúde Coletiva, utilizando a pesquisa sobre violência doméstica contra mulher⁶ e as obras de Sueli Rolnik¹, Alcindo Antônio Ferla² e Emerson Merhy³ como forma estruturante da minha trajetória. A narrativa cartográfica vai mostrando o deslocamento de um território a outro, as afetações de algumas referências que constituem um modo de olhar o contexto da violência de gênero contra a mulher e sua superação. A trajetória constitui também uma caixa de ferramentas⁷ para a pesquisadora em Saúde Coletiva.

Trago no cartografar, o estrangeirismo de uma formação fora da área da saúde e, para isso, vou construindo a minha caixa de ferramentas, na qual armazeno o estrangeirismo de Ferla², o olhar de Rolnik¹ no caminho da territorialização no questionamento de modelos/padrões e os seres desejantes de Merhy³. Construindo uma pesquisa que não apenas agregue valor a minha trajetória, mas que valorize o que já foi pesquisado e escrito⁶, mas que possa propor reflexões e um caminho pós violência às mulheres vítimas de violência doméstica.

A caixa de ferramenta se transita na liberdade. Fazer uso dos conceitos teóricos para encontrarem na prática sua aplicação. Os conceitos ajudam a refletir sobre outras dimensões do cuidado às mulheres vítimas de violência. Eles dizem que a relação entre teorias e práticas não é de aplicação; é de transversalidade. Sair do intelectual universal para o intelectual específico é o convite ao uso público das pesquisas; é retirar do intelectual um papel de protagonista, que partir de seus discursos produz verdades universais, “(...) que está circularmente ligada a sistemas de poder (...) ‘Regime’ da verdade”^{7:14}. Não há uma construção de consciência, mas uma nova politização do encontro entre as diferentes competências, que agora se rearticulam a partir da atividade de cada um dos diferentes saberes, possibilitando “(...) se produzir ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para um outro”^{7:09}. Assim, há necessidade de se realizar o uso instrumentalizado do trabalho intelectual, fazendo uso do mesmo nos problemas sociais e não predizer ou comentar sobre esse conhecimento.⁷

Desta forma, (re)construo a minha caixa de ferramentas, fazendo uso não só de ferramentas que já possuía, mas as (res)significando e somando outras. Uma metáfora da reterritorialização assentada sobre a ideia deste ensaio cartográfico.

Como se pode propor mecanismos de superação da violência que atuem em processos de subjetivação capazes de organizar caminhos de fortalecimento? Em pesquisa realizada⁶ i, 60% dos artigos publicados dentro da primeira década de vigência da Lei Maria da Penha, nos dois principais periódicos brasileiros de Saúde Coletiva, descrevem o perfil da mulher que sofre violência: em sua maioria são mulheres de baixa escolaridade, que sofriam violência prévia (pai/irmão/tios...), mães que sofriam violência (marido/pai/...), baixa ou sem qualquer rendimento monetário, usuárias de drogas (álcool ou outras)...^{8,9,10,11,12,13,14,15,16}. Neste cenário, proponho descrever a necessidade de se

entender as trajetórias e a partir daí construir o reterritorializar para territorializar.

O desterritorializar através dos mais diferentes processos de subjetivação, a busca por pertencimento, quais são os seus fatores de a(fe)tivação (...) englobam, a liberdade de cada um em se reterritorializar. E desta forma, Rolnik¹ questiona valores e modelos (impostos como padrões) em busca de um olhar cuidadoso, envolvendo a subjetividade de cada indivíduo na construção dos seus desejos, no mapeamento e remapeamento desta caminhada, sem modelos estáticos a serem seguidos e com profundo respeito a singularidade e trajetória de cada indivíduo.

Antes do começo

Através da Editora da Rede UNIDA, conheço e inicio meu processo de territorialização sobre as redes da saúde, os estudos ganham aprofundamento e densidade na preparação para a seleção e na sequência como mestrandia. O estrangeirismo aqui descrito, consiste no estranhamento de um determinado território, suas grandes áreas, como bases teóricas, políticas públicas, avanços e lutas (...), até suas redes de linguagens. O desvendar de siglas, que vai além de abreviações, pois são ricas de informações, por exemplo, a abreviação de AB: que significa atenção básica, para uma estrangeira não está implícito ser a porta de entrada para o atendimento em saúde, onde o usuário é recebido por uma equipe multiprofissional que irá trata-lo com um olhar integral.

Por meio do olhar da formação – Graduação em Relações Internacionais - constituo meu reterritorializar dentro desta pesquisa não almejando respostas prontas, mas um olhar culturalmente sensível. E assim, trago para a minha trajetória a Saúde Coletiva, com seu

respeito a singularidade de cada indivíduo e seus muitos caminhos a serem construídos/formados na prática do cuidado, onde a simples reprodução de protocolos certamente não atende e acolhe a

⁶Trabalho este desenvolvido a partir da pesquisa de revisão de literatura realizada sob título “O que revela a produção científica da Saúde Coletiva, após dez anos de

Maria da Penha” e que em boa parte provocou a escrita deste texto.

complexidade das necessidades das mulheres vítimas de violência doméstica.

A produção do cuidado neste artigo não é algo que busca identificar/tratar uma patologia, mas sim a construção e reconstrução da subjetividade desta mulher vítima de violência doméstica. A qual acredito que um caminho possível para romper com o ciclo da violência esteja no reterritorializar desta sua individualidade muitas vezes camuflada por uma trajetória de violência. A violência vai além da agressão promovida pelo agressor, podendo inclusive ser reafirmada pelos próprios serviços de cuidado, uma vez que está culturalmente introjetada. De alguma forma projetamos no outro classificações e condutas a partir de determinados modelos. Perceber isso é um constante reterritorializar.

MULHERES DE ROLNIK

Rolnik¹ com sua obra indica uma outra possibilidade de se fazer análises políticas de situações sociais. A autora transita de forma transdisciplinar sobre o campo de pesquisa ligado as políticas de subjetivação. Seu trabalho, desde a década de 1990, interliga arte contemporânea, política e a clínica. Sua formação e atuação profissional refletem esta interface (psicanalista, crítica de arte e de cultura e curadora). Demonstrando em suas pesquisas influências de autores como Michel

Foucault e Simone de Beauvoir.¹⁷ Traz a cena a reflexão sobre os modelos homogêneos produzidos pela mídia, desterritorialização, subjetivação, afetos, micro e macro (políticas), cartografia, antropofagia, carnavalismo, lutas por pertencimento, liberdade de hibridação, corpo vibrátil, fator de a(fe)tivação e tantos outros. Seus originais têm como base sua tese de doutorado, escrita no seu retorno ao Brasil, após 10 anos de exílio em Paris, em 1986. Mesmo passados vinte anos da sua primeira publicação, a obra congrega elementos atuais e que nos permitem reflexões muito pertinentes a realidade político, econômico, social e cultural - nacional e internacional - demonstrando assim, que há muito a se falar/escrever/lutar. E desta forma, a autora questiona valores e modelos (impostos como padrões) em busca de um olhar cuidadoso, envolvendo a subjetividade de cada indivíduo na construção dos seus desejos, no territorialização e reterritorialização desta caminhada, sem modelos estáticos a serem seguidos e com profundo respeito a singularidade e trajetória de cada indivíduo.¹

A Cartografia Sentimental¹ é composta por vários personagens, mas que ao mesmo tempo podem refletir um só indivíduo, e suas multidões. As 25 noivinhas, juntamente com o cartografo, percorrem ao longo da história os conflitos e oposições que congregam os

padrões de modelo “ideal de felicidade”, onde a mulher passa boa parte da sua existência a se preparar para ser escolhida para casar – por e com um homem - e depois a servir e colocar todos os seus ensinamentos em práticas no cargo de esposa e mãe. Do homem se espera, a escolha certa de uma mulher que além dos predicados de beleza e dotes domésticos, congreguem o mais famoso trio do momento “bela, recatada e do lar”ⁱ A noivinha cabe uma grandiosidade de variantes que ao longo do manuscrito é desvelado pelo cartógrafo, este além de ser parte do contexto narrado, provoca reflexões sobre desejos e aspirações do que se acreditar ser o caminho para a felicidade.

No questionar de modelos homogêneos produzidos e reproduzidos pela mídia, por exemplo, o que se objetiva é fomentar a reflexão, se este ideal de felicidade é o seu? Se todas as mulheres têm este desejo, se a resposta for afirmativa, ótimo, mas se não? Através de sua escrita Rolnik demonstra que ao longo da história o modelo de sucesso e felicidade para as mulheres não se alterou, mas que suas 25 mulheres e seus objetivos de vida, foram e estão em constante movimento de transformação. Pois muitas de nós se casaram e o kit felicidade não foi entregue, ou seja, a massificação de uma escolha, assim como um

tratamento para uma dor no joelho não é a mesma para todos.

A violência em cada mulher nos conecta, traz para a cena o contato com o outro como aprendizagem. O cuidado não pode se limitar ao rechaço à violência, pois isso favorece o desencontro e não o encontro entre serviços/pessoas/profissionais. Favorece o aparecimento do estrangeirismo, pois a violência é a realidade do outro e não a minha; não tenho pertencimento/envolvimento a tal vivência. O posicionamento assistencial aqui é para dar potência a esta mulher, e não espaço de prescrições e direcionamentos. A violência aqui deve ser internalizada/apreendida por todo os envolvidos. O pensar em novas possibilidades não é um dar empoderamento, mas um olhar onde o espaço de produção do feminino seja um reolhar à própria produção cultural e o quanto esta tem força e abertura à diversidade. “Nenhum homem [e mulher] é uma ilha; cada homem [e mulher] é uma partícula do continente, uma parte da terra; (...) a morte de qualquer homem [ou mulher] me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não me perguntes por quem os sinos dobram; eles dobram por ti”¹⁸.

A produção de subjetividade não é um espaço que a mulher vítima de violência, deva

ⁱ RIBEIRO, Djamilia. Bela, recatada e do lar: matéria da 'Veja' é tão em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792>. Publicado 20/04/2016.Revista Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792>. Acesso em 12 dez 17.

preenche a partir da assistência e cuidado. Como se simplesmente fosse, neste momento, dado a esta mulher um lugar onde agora ela pudesse afirmar seus desejos, como se estes estivessem prontos, adormecidos pelos

episódios de agressão. O desejo não é vontade simplesmente, mas uma construção individual (constante/permanente).

TERRITORIZAÇÃO COMO MOVIMENTO

Territorialização, uma trajetória

Quando coloco em prática o meu reterritorializar, o pensar e o sentir, se misturam em lembranças de lugares e vivências, desafios a seres vividos no hoje e desejos de um amanhã diferente.

Penso em qual seria o meu maior desejo - daqui dez anos - onde quero estar? o que quero fazer?

Nas leituras aqui listadas e tantos outros atravessamentos menos formais que tive até esta escrita, percebo que o que menos importa é o destino da minha jornada, pois até alcança-lo muitas intemperies cairão sobre minha cabeça, o que interferirá substancialmente na minha trajetória como ser desejante. O desejo é atravessado de devires, que, como forças, se combinam e se transformam, produzindo constantemente movimentos. Desterritorializam formas vigentes e abrem brechas para explodirem novas formas.

E por isso, início o meu desterritorializar, com coisas, vivências, emoções, pessoas, ... que não quero, não gosto, não me fazem o menor sentido carregar. Como aquele par de alianças do meu noivado número um, que hoje virou um par de brincos.

E neste movimento de "faxina", muito mais do que o exercício de limpeza e descarte, enfrento as minhas sombras, aquela parte de nós que vai se acumulando/empilhando ao logo das caixinhas da vida. E assim, percebo que este processo de desterritorialização é necessário para nos conhecermos, pois somente assim, poderemos saber para onde queremos ir e/ou estar. Pensar sobre o que me constituiu até aqui também é me preparar para adquirir novas formas.

Trago para a reflexão as cenas da violência doméstica contra as mulheres, como dispositivo para fortalecer esta mulher e assim auxilia-la a romperem com o ciclo de violência, e pensar/construir um caminho possível pós violência. No caminho epistêmico que construí até agora, a analogia do cuidar em saúde (o cuidado em saúde é o primeiro contato da mulher violentada com o sistema de políticas públicas, como descreve a literatura) faz pensar no que pode o cuidado integral às mulheres

vítimas de violência. Muitos poderão questionar:

"Puxa vida, você pretende adicionar mais um processo, a esta pobre mulher?"

Minha resposta é não, partindo dos resultados da pesquisa de Collar e Matos⁶, é uma constante a necessidade de se reavaliar os processos de acolhimento/cuidado a estas mulheres, ou seja, tanto as normas quanto a preparação/qualificação dos profissionais envolvidos em suas diferentes áreas de atuação. E partindo deste reavaliar, acredito

que a rede de cuidado a estas mulheres ganhe potência na consolidação/formação de sua autonomia, não com base em uma cartilha padrão de reprodução de modelos, mas a construção individual e protagonizada por estas mulheres. O cuidado às mulheres vítimas de violência precisa produzir mais do que tratar suas lesões físicas e psíquicas, mais do que produzir o registro do fato, mais do que desencadear as providências legais para a responsabilização dos autores; precisa produzir abertura para uma cultura intolerante à violência contra as mulheres e a desigualdade de gêneros, e precisa constituir potência para cada mulher que procura cuidados.

Rolnik^{1:156} lembra que o coronel-em-nós, “não suporta miscigenação. Ele estanca o fluxo do desejo: o outro, para ele, é perigo de desagregação (...) O coronel-em-nós confunde potência com prepotência; fortalecimento de si com subjugação do outro, e se necessário, até sua eliminação”. Por isso, acredito que um caminho possível pós violência é a reterritorialização, pensar/refletir/construir e afirmar o que se quer é promover o seu processo de subjetivação, envolvendo desejos e tudo que faz sentido compor a sua trajetória.

Este movimento de desterritorialização é tido como um processo de procura, onde o sujeito não se sente pertencente aos padrões de desejos pré-estabelecidos e que a mídia

privilegia, e assim, constrói o seu movimento de territorialização, através da construção singular dos seus desejos e o que o afeta, onde “afetos só ganham espessura de real quando se efetuem”^{1:31}. Sendo assim, há o olhar que vincula a desterritorialização “como carência, vulnerabilidade à captura pela centralização de sentidos e valores, investimento na própria captura, humilhação, perda de sensibilidade vibrátil, enfraquecimento da potência de criação, intimidação do desejo em seu caráter produtivo”^{1:106}, enquanto que na realidade o que se tem através da lógica do desejo, é a ação da tríade do movimento da desterritorialização, simulação, territorialização.

Assim como as 25 noivinhas de Rolnik acredito que as mulheres vítimas de violência doméstica partilham de muitos desejos, os quais ganham potência ao ser desvelada como a vontade de enraizamento,

[...] as pessoas, seja qual for o lugar em que se encontrem, se sentem inteiramente estrangeiras, inclusive e principalmente em seu próprio país. Estrangeiras não só no espaço, mas também no tempo: perderam as coordenadas de ritmo, coordenadas variáveis e próprias de cada movimento de seu desejo. Mais do que “livres”, pondera o cartógrafo, as pessoas estão é completamente perdidas.^{1:95}

A desterritorialização é rotulada como estrangeirismo, podendo ser ainda mais

desqualifica através de diagnósticos como: pessoa perdida, anormal do desejo, doente, como tantos outros (...). E assim, percebemos que o simples movimento de questionamento ganha a espessura de uma contravenção, sendo negando o pertencimento daquele que questiona a reprodução de padrões. Nesta realidade inclui muitas mulheres vítimas de violência doméstica, onde a construção de um ser desejante, é reprimida e em muitos casos perseguida.⁶ Exemplo disso, acontece no acolhimento destas mulheres por profissionais de saúde que por não estarem qualificados/preparados acabam usando um discurso com seus valores pessoais (machistas/religiosos/...).^{19,20,21,22,23,24}

É através destes movimentos de resistência e questionamento, promovendo a desterritorialização/territorialização, que se promovem as mutações micropolíticas da paisagem transformando “nossa maneira de pensar, sentir, perceber, agir”^{1:55} e “vai crescendo, mais e mais, a coragem de falar por afeto, por experimentação, falar em nome próprio, falar no singular”^{1:40}. Tendo como objetivo “mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: Pontes de linguagem”^{1:66}, não seguindo nenhuma espécie de manual, pois o que importa é a construção em ato, se valendo do contexto que se está inserido.

A noivinha é um “processo de desterritorialização da subjetividade”^{1:232}, a “personagem descobre na antropofagia um programa de reeducação da sensibilidade” que pode funcionar como uma “terapia social para o mundo moderno”^{1:17}, e ao longo do manuscrito “surge não mais a oposição entre homens e mulheres, mas de tentativas de uma nova cumplicidade, em construção continua”^{1:233}. Demonstrando que a trajetória percorrida pelas 25 noivinhas ao longo da obra, são percursos de todos (homens e mulheres) que podem conquistar essa sensibilidade, deixando de interpretar/vivenciar a “desterritorialização como carência e se abrirem para o caráter finito ilimitado de sua condição desejante”^{1:108} e assim, este processo de desterritorialização e busca do que faz sentido dentro do entendimento de territorialização, está na sentença de que o “carente de algo, não é de pessoa, mas de potência produtiva do desejo para investir em novas direções”^{1:132}.

A violência doméstica contra a mulher precisa ser combatida em vários seguimentos da sociedade de forma transversal, é preciso educar as crianças e acima de tudo os adultos, que bater não é aceitável, que todos os gêneros precisam ser respeitados e que ninguém deve ser submetido a nada nem a ninguém. Que nasce junto com cada um de nós o direito de

desejar e construir uma trajetória rumo a sua concretização (territorialização), assim como é imprescindível respeitar as escolhas do outro. E que nada disso é apologia religiosa ou política, e sim um direito individual previsto em normas nacionais e internacionais.

O respeito as escolhas individuais devem ser práticas correntes inclusive por todos os profissionais envolvidos ao longo do processo de acolhimento/cuidado desta mulher utilizando a mesma caixa de ferramentas, sem valores e achismos pessoais. Antes de qualquer opinião esta mulher precisa ser acolhida/cuidada/auxiliada/protegida/empoderada, ou seja, se fortalecer para dar fim ao ciclo da violência. Sei o quanto esta prática é desafiadora, mas não é preciso concordar, e sim respeitar o direito de escolha do outro. Como já descrevi na minha migração para a Saúde Coletiva, vivenciei o estrangeirismo na linguagem e em muitos outros setores/momentos e assim fui construindo o meu território, o meu pertencimento ao longo da minha trajetória e o que me faz sentido.

DESCREVENDO TRAJETÓRIAS E TERRITÓRIOS

Na atualidade escutamos frequentemente que vivemos em um mundo sem fronteiras, no qual temos acesso as informações que desejarmos e que podemos rodar o mundo graças a livre circulação de pessoas. Mas indo um pouco além

desta dupla (informação e circulação) do mundo sem fronteira, nos deparamos com uma infinidade de fronteiras/barreiras, no dia a dia sejam em espaços como o governo, com seus tomadores de decisões, sejam nas universidades, muitas vezes nos deparamos com julgamentos parciais, repletos de valores morais/éticos, culturais e religiosos. Trazendo para a cena toda a complexidade, não apenas do mundo hoje, mas de cada indivíduo e seus interesses.

Neste sentido a complexidade está presente no combate a violência doméstica contra a mulher, onde mesmo após dez anos de implementação da Lei Maria da Penha (LMP), o Brasil ocupa o quinto lugar no cenário mundial²⁵. A pesquisa e análise de Collar e Matos⁶ demonstra que a grande maioria das mulheres que decidem interromper o ciclo da violência e vão aos centros de referência em busca de acolhimentos e informações de como proceder, não recebem as informações corretas/completas e muitas delas são desencorajadas pelos profissionais e/ou pela longa trajetória que terão que percorrer. A pesquisa aponta que sim houve avanços com a LMP, mas que há muito a ser feito, destacando a falta de qualificação dos profissionais da área da saúde, assim como, dos demais profissionais envolvidos ao longo do processo e a necessidade de (re)avaliar o processo, enxugar

e centralizar procedimentos que são repetitivos e geram ainda mais violência a esta mulher.⁶

Após finalizar a pesquisa sobre violência doméstica contra a mulher, me questionei: quem seriam estas mulheres? Quais caminhos seriam possíveis para atravessar o “mar de violência”? Como a superação da violência afetou essas mulheres? A decisão de cessar o ciclo de violência, buscando ajuda, é apenas o primeiro passo de uma longa jornada. No processo de reterritorialização destas mulheres, o que parece acompanha-las por todo o percurso é o desejo que a violência tenha fim.

Não tenho a arrogância de descrever quais são os sentimentos que transbordam destas mulheres, das preocupações de como esta decisão irá impactar na vida dos seus filhos e na sua, pois se rompe com relações de (des)afeto, do medo de não estar casada, de não se ter recursos financeiros para sua sobrevivência, de que se realmente estará protegida do agressor (...) mas de destacar a importância do acolhimento desta mulher de forma integral. Onde esta mulher é um ser desejante, que para romper com o ciclo da violência precisa ter acesso a muito mais do que protocolos, é necessário acolhe-la de forma integral, por profissionais preparados e uma rede ampliada que congregue as singularidades de cada caso.

Mas acima de tudo é resgatar/fomentar/fortalecer nesta mulher a possibilidade de um amanhã sem violência, sem medo; um medo que não é só dela, mas de todos nós. Por isso, o desejo desta mulher não é um redirecionamento individual, mas compartilhado pela soma de desejos, cuja energia/força permite que surja alteridade, que, por sua vez, modifica cultura. O desejo individual é limitador para tomada de novas direções, portanto.

SER DESEJANTE RUMO A TERRITORIZAÇÃO

Merhy³ lembra que há um estranhamento/resistência a tudo que é diferente, que sai do padrão em nossa sociedade, “sendo visto” de forma ruim e perigosa, onde, segundo o autor a diferença do outro quando incorporada na prática do cuidado enriquece esta agenda. E traz para a discussão os nossos vários regimes de verdade, onde todos somos uma multidão de regimes de verdade que criam uma identidade em nós, e assim, a prática do cuidado deve construir junto com o indivíduo ações que façam sentido para ele, pois não se pode condenar nem criminalizar o indivíduo desejante. A ação de simplesmente criminalizar a prática do cuidado é segundo Merhy, uma espécie de mini-fascismo, pois se criam mini-punições e castigos, não produzindo o cuidado, mas

sofrimento. Muitos profissionais praticam o cuidado através de ações punitivas, exercendo ações como a internação compulsória, não produzindo cuidado, mas sofrimento²⁶. Muitas vezes a racionalidade deste discurso é resultante de uma aplicação isolada de suas competências pelo profissional de saúde, ignorando as diferentes relações existentes, não só relacionada a outras competências (jurídicas, por exemplo), mas que sua própria vivência pode influenciar em reprodução de violência (subnotificações, naturalização de discursos machistas, ...).

É neste espaço que a violência produz imobilização nos serviços, como mostrou a pesquisa bibliográfica de Collar e Matos⁶. O fomento a diferença no espaço da produção de cuidado, significa o uso de tecnologias relacionais, cujo resultado transforma (reterritorializa) o cuidador e o sujeito que é cuidado. Como afirmado acima, nesta projeção e identificação do outro em cada um gera alteridade, que tem condições de modificar valores e sentimentos culturais. O revisitar, como demonstra Merhy³ e Ferla², não é um movimento individual, mas produção coletiva. E é justamente pela necessidade de ser coletiva possibilita ser permanente. O sentimento de estrangeirismo por mais individual que seja, não pode ser um imobilizador, como se ser diferente ou classificar o outro como distante

de mim significasse valores estanques, mas introjetada como um sentimento de estranhamento e potencializador de modificação de realidade. A produção de subjetividade, como Rolnik¹ coloca, não está na “noivinha” que passa a pensar diferente, mas na modificação de todos (homens e mulheres).

CONSIDERAÇÕES

Este cartografar propôs um caminho possível a mulheres que decidiram cessar o ciclo de violência. Através do tecer de redes, objetivou-se discutir e identificar o cenário da difícil realidade do combate a violência doméstica contra mulheres. Em dez anos de LMP⁶ e com o auxílio de Rolnik¹, Ferla² e Merhy³ percebe-se o quanto ainda é importante para esta mulher iniciar o caminho da territorialização, construir e desconstruir seus desejos, e assim descobrir e construir sua singularidade.

O desenvolvimento de ações para assegurar o direito de todos e todas, proporciona equidade de acesso no âmbito dos serviços de saúde, cujo cuidado prende-se na atenção a singularidade de cada indivíduo. Neste sentido, somente através de ações estruturadas por uma equipe multiprofissional tecendo uma rede de acolhimento e escuta qualificada, onde cada um dos serviços efetivamente não haja de forma isolada, mas de forma dialogada, as

mulheres vítimas de violências doméstica suas afetações, pois só assim, se sentiram parte poderão ter condições de desejar compartilhar da engrenagem deste territorializar-se.

REFERÊNCIAS

1. Rolnik S. Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; 2012.
2. Ferla AA. Clínica em movimento: cartografia do cuidado em saúde. Caxias do Sul: Educus; 2007.
3. Merhy EE. Saúde: a cartografia do Trabalho Vivo. São Paulo: Hucitec; 2002.
4. Amador F, Fonseca TMG. Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa – considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2009; 61(1):30-37.
5. Kastrup V, Passos E, Escóssia L.: Apresentação. In.: Kastrup V, Passos E, Escóssia L. Pistas do método da cartografia: pesquisa-invenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina; 2015:07-16.
6. Collar JM, Matos IB. O que revela a produção científica da Saúde Coletiva, após dez anos de Maria da Penha; 2018. [no prelo]
7. Foucault M. Verdade e Poder. In.: Foucault M. Microfísica do poder. Org, Introd e Rev Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal; 1979:01-14. 26ed.
8. Garcia LP *et al.* Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32(4):e00011415, abr, 2016.
9. Lindner SR *et al.* Prevalência de violência física por parceiro íntimo em homens e mulheres de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: estudo de base populacional. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 31(4):815-826, abr, 2015.
10. Facuri CO *et al.* Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(5):889-898, mai, 2013.
11. Silva RA. Enfrentamento da violência infligida pelo parceiro íntimo por mulheres em área urbana da região Nordeste do Brasil. Rev Saúde Pública, 2012;46(6):1014-1022.
12. D'oliveira AFPL. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. Rev Saúde Pública 2009;43(2):299-310.
13. Cecconl RF, Meneghel SNM, Hirakatal VN. Mulheres com HIV: violência de gênero e ideação suicida. Rev Saúde Pública 2014;48(5):758-765.
14. Vieira EM, Perdoni GSC, Santos MA. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. Rev Saúde Pública 2011;45(4):730-737.
15. De Aquino NMR *et al.* Violência sexual e associação com a percepção individual de saúde entre mulheres gestantes. Rev Saúde Pública 2009;43(6):954-60.
16. Moura LBA. Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. Rev Saúde Pública 2009;43(6):944-53.
17. Athayde MCO. O cartógrafo e as noivinhas. História Unisinos, 2009; 13(3):314-317.
18. Donne J. Por quem os sinos doam? Eles doam por ti. 1764. In.: Dias E. Sinos que unem John Donne, Hemingway e Raul Seixas. Revista Bula. Copyright 2017.
19. Signorelli MC, Auad D, Pereira PPG. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil (CSP). Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2013; 29(6):1230-1240.
20. Saliba O. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. Rev Saúde Pública, 2007;41(3):472-7.
21. Bruschi A, Paulall CS, Bordini IAS. Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. Rev Saúde Pública 2006;40(2):256-64.
22. Osis MJD, Duarte GA, Faúdes A. Violência entre usuárias de unidades de saúde: prevalência, perspectiva e conduta de gestores e profissionais Rev Saúde Pública 2012;46(2):351-358.
23. Kind L *et al.* Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2013; 29(9):1805-1815.

²⁴. Moreira SNT et al. Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde. Rev Saúde Pública 2008;42(6):1053-1059.

²⁵. Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2015. Homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo. Instituto Sangari. 2015.

²⁶. Merhy EE. Entrevista à Rede UNIDA, 2011. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=Pa0HadRt5ns>>. Acesso em: 16 dez 2015.